

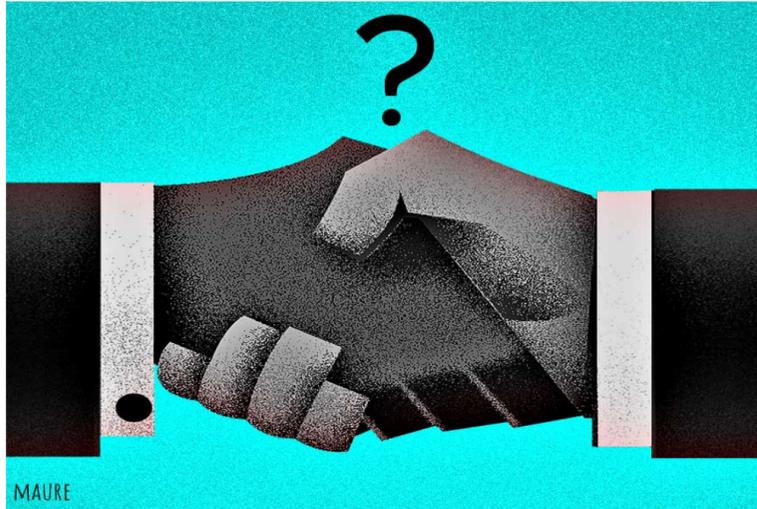
DENISE ROTHENBURG  
deniserothenburg.df@dabr.com.br

## Confiança entre Câmara e Senado sob teste

Depois de um ano de idas e vindas na relação entre as duas Casas do Legislativo, a votação da terça-feira, na Câmara, sobre a parte da PEC dos Precatórios que não foi promulgada será um divisor de águas. Se os deputados não cumprirem o acordo de manter os recursos oriundos do espaço fiscal vinculados às causas sociais, como o Auxílio Brasil, vai ser difícil os senadores votarem propostas polêmicas oriundas da Câmara.

» » »

A relação não está boa há tempos. Em setembro, por exemplo, o Senado derrubou a minirreforma trabalhista porque não confiou nas promessas da Câmara de que as mudanças propostas pelos senadores seriam mantidas. Na semana passada, o senador Ângelo Coronel (PSD-BA) anunciou o arquivamento do projeto do Imposto de Renda e a discussão voltará só em 2022, ano eleitoral. Pelo andar da carruagem, o clima de tensão na política não dará trégua.



MAURE

### Moro incomoda o Centrão

A defesa que o ex-juiz Sérgio Moro fez da prisão em segunda instância, durante a entrevista ao **Correio**, foi o motivo político que levou o Centrão a trocar seus integrantes para tentar derrotar a PEC da Segunda Instância — o que levou o relator a retirar o parecer e adiar a votação. O Centrão não quer dar mais palanque ao ex-juiz. Porém o motivo real é jurídico: tem muita gente com medo da prisão mesmo.

### O bicho vai pegar o terceiro pelotão

A reclamação da senadora Simone Tebet (MDB-MS) sobre falta de cumprimento de acordo por parte do presidente da Casa, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), justamente no dia em que seu partido fez um evento para apresentá-la como pré-candidata à Presidência da República, foi vista como um ensaio do que vem por aí em 2022.

### Riscou o chão

Rodrigo Pacheco, também pré-candidato ao Planalto, respondeu no ato, dizendo que não havia feito qualquer acordo com a senadora e que não era possível transformar tudo em discussão política “talvez de cunho eleitoral”. Os senadores diziam, na saída do plenário, que o tom de Pacheco foi o sinal de que 2022 arrisca atropelar um fim de ano pacífico na Casa. Até aqui, Simone e Rodrigo estão na casa dos 1% e 2% nas pesquisas registradas.

### Por falar em pesquisa...

A senadora ainda falava no lançamento de sua pré-candidatura quando alguns políticos do MDB diziam à coluna que, se ela não se mostrar competitiva, até março, com dois dígitos nas pesquisas, o MDB vai começar a se colocar nas negociações para vice. Ou deixar o partido solto para fazer bancada nos estados, apoiando os candidatos mais afinados com cada região do país. A maioria dos nordestinos, por exemplo, prefere Lula.

### Até aqui...

Quem mais se consolida como terceira via é o ex-juiz Sérgio Moro, o único desse grupo com dois dígitos. Lula lidera com ampla margem e Jair Bolsonaro está na segunda posição, ou seja, segue a polarização. Porém, o ex-ministro da Justiça começa a incomodar à direita os bolsonaristas e, à esquerda, Ciro Gomes (PDT).

### CURTIDAS

**Diferenças/** Enquanto o ex-presidente Lula defende uma regulamentação da mídia e da internet, Bolsonaro vai aproveitar a cúpula pela democracia, organizada pelo presidente dos Estados Unidos, Joe Biden, para defender a “internet livre”.



Ana Rayssa/Esp. CBI/DA Press

**Promessas cumpridas?/** A presidente da Comissão de Relações Exteriores do Senado, Kátia Abreu (PP-TO, foto), recebeu os senadores para jantar em sua casa. A confraternização foi considerada uma comemoração antecipada da indicação para ministra do Tribunal de Contas da União (TCU). Os governistas prometeram votar nela. E como foi ministra da Agricultura de Dilma Rousseff, também tem a simpatia do PT.

**E agora, Anastasia?/** O vice-presidente da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), senador Antonio Anastasia (PSD-MG), que também disputa a vaga do TCU, já avisou a amigos que só ficará em Brasília a partir de 2023 se for escolhido ministro da corte de Contas. Caso contrário, vai largar a política quando terminar este mandato no Senado, no final de janeiro de 2023.

**Correio debate/** O **Correio Braziliense** realiza hoje, a partir de 15h, seu tradicional debate “Desafios 2022: para onde vai o Brasil?” Nunca é demais refletir sobre o Brasil.

**PODER /** STF não reconhece validade de uma das ações contra o ex-governador do Rio. Punição tinha sido determinada pelo juiz Marcelo Bretas, no âmbito da Lava-Jato. Mas ex-governador continuará preso

# Menos uma condenação

» JOÃO VÍTOR TAVAREZ\*

O Supremo Tribunal Federal (STF) derrubou, ontem, uma das condenações do ex-governador do Rio de Janeiro, Sérgio Cabral, determinada pelo juiz Marcelo Bretas, da 7ª Vara Federal do Rio de Janeiro, no âmbito da Operação Fatura Exposta. A ação era um desdobramento da Operação Lava-Jato e investigou um esquema de corrupção na Secretaria Estadual de Saúde fluminense que envolvia o Instituto Nacional de Traumatologia e Ortopedia (Into).

A decisão faz parte do julgamento de habeas corpus impetrado pela defesa do empresário Miguel Iskin, investigado na Operação Ressonância, que apura possíveis crimes relacionados ao fornecimento de equipamentos médicos e próteses para os hospitais estaduais do Rio. Os advogados de Iskin pediram, no STF, o reconhecimento da ilegalidade da criação de um “juízo

universal” para o julgamento de todas as operações iniciadas pelo Ministério Público Federal do Rio de Janeiro (MPF-RJ). Além disso, apontaram falta de relação entre as operações Calicute e Fatura Exposta.

De acordo com a Segunda Turma da Suprema Corte, não há conexão entre os desvios na Saúde com a corrupção apurada na Secretaria de Saúde, que resultou na Operação Calicute, primeira ação contra Cabral. Esse foi o entendimento do ministro Gilmar Mendes, relator do caso. Para o decano do STF, a única ligação entre as duas operações é a colaboração premiada de Sérgio Romero, ex-assessor jurídico do Into e ex-subsecretário de Saúde do Rio de Janeiro. Os ministros Ricardo Lewandowski e Nunes Marques acompanharam Gilmar — Edson Fachin ficou isolado por entender que há relação entre as operações, e que o magistrado da 7ª Vara tem competência para atuar nos processos. Assim, todas as decisões de

Fernando Frazão/Agência Brasil



Ministério Público denunciou Cabral em 37 ações, sendo 35 relacionadas à Lava-Jato

Bretas na Fatura Exposta foram anuladas e o caso deverá ser redistribuído à Justiça Federal

do Rio. A decisão, no entanto, não tem efeito sobre a prisão de Cabral. Isso porque outro juiz

decidirá se valida os autos do processo. Os cinco mandados de prisão preventiva contra o

ex-governador permanecem válidos. Apenas no âmbito da Fatura Exposta, ele foi condenado a 14 anos e 7 meses.

Para a advogada de Cabral, Patrícia Proetti, a decisão proferida pela Segunda Turma do STF demonstra respeito à Constituição, às leis processuais penais e ao Estado Democrático de Direito “ao fixar limites legais às regras de prevenção, afastando o juízo universal da 7ª Vara Federal do Rio de Janeiro”.

Preso pela Lava-Jato, Cabral está encarcerado desde 2016 e soma pelo menos 399 anos de prisão. Ele responde pelos crimes de corrupção, lavagem de dinheiro, organização criminosa e evasão de divisas. Em junho deste ano, o ex-governador foi condenado pela 20ª vez, sendo denunciado pelo Ministério Público Federal (MPF) em 37 ações penais, nas quais 35 são da Lava-Jato.

\* **Estagiário sob a supervisão de Fabio Grecchi**

## Prisão de Zé Trovão mantida

» LUANA PATRIOLINO

O caminhoneiro Marco Antonio Pereira Gomes, conhecido como Zé Trovão, sofreu mais uma derrota no Supremo Tribunal Federal (STF). A Primeira Turma da Corte formou maioria, ontem, para mantê-lo preso e negou o pedido dos advogados para que ele ficasse em prisão domiciliar, monitorado por tornozeleira eletrônica. Apoiado do presidente Jair Bolsonaro, o caminhoneiro incitou as manifestações pró-governo do

último 7 de Setembro.

Até agora, três dos cinco ministros se manifestaram contra o pedido de liberdade de Zé Trovão: o relator, Luís Roberto Barroso, Rosa Weber e Cármen Lúcia, a última a votar. O ministro Alexandre de Moraes se declarou impedido de participar do julgamento, pois o pedido da defesa de Zé Trovão questiona um ato do próprio magistrado — foi ele o responsável por mandar prender o caminhoneiro. Falta apenas o voto de Dias Toffoli.

Zé Trovão está com a prisão decretada desde o fim de outubro, após uma ordem de Moraes. Para o ministro Barroso, a defesa “não trouxe novos argumentos suficientes para modificar a decisão ora agravada” e, por isso, o “recurso não deve ser provido”.

O caminhoneiro foi um dos principais porta-vozes de Jair Bolsonaro nos protestos. Depois disso, ele teria fugido do Brasil para o México, onde ainda se encontra, e contado com o apoio de bolsonaristas — como a deputada federal Carla

Redes Sociais/Reprodução



**Caminhoneiro fugiu após incitar manifestações no 7 de Setembro**

Zambelli (PSL-SP) — para não ser preso.

Segundo Nauê Bernardo de Azevedo, advogado constitucionalista e cientista político pela Universidade de Brasília, o 3 x 0 na primeira turma do STF era “previsível”. “O Supremo está demonstrando que vai utilizar de todas as ferramentas institucionais para se proteger, ainda que na ausência de decisão de outras esferas. Trata-se de um recado a quem prega algum tipo de ruptura institucional”, observou.